



## **ONCO SÃO PAULO APROVADO**

Projeto que destina recursos permanentes para hospitais oncológicos filantrópicos foi aprovado na ALESP.

Hospitais filantrópicos paulistas especializados no tratamento do câncer terão, pela primeira vez, um programa orçamentário exclusivo: o Onco São Paulo.

Foi aprovado, nesta semana, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei 48/2021, que torna permanente o Auxílio Financeiro às Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer.

A proposta é de autoria do deputado estadual Alex de Madureira (PL-SP) e foi construído em conjunto com as grandes entidades filantrópicas de combate ao câncer.

“Acredito que esta tenha sido a vitória mais importante de minha carreira, enquanto deputado, devido o importante papel social e humano que os hospitais filantrópicos de oncologia desempenham para a população”, comemorou Alex de Madureira após a votação.

A matéria segue para sanção do Governador, para se tornar lei. O valor anual disponibilizado e a forma de rateio entre os hospitais serão determinados em regulamento próprio.

Em todo o Estado, existem 10 hospitais especializados em câncer:

A.C. Camargo Câncer Center São Paulo

Instituto Brasileiro de Controle ao Câncer IBCC São Paulo

Hospital Gpaci Sorocaba

Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho São Paulo

Hospital Boldrini Campinas

Hospital Amaral Carvalho Jaú

Hospital Graacc São Paulo

Hospital de Amor Barretos e Jales

Hospital da Criança Grendacc Jundiaí

Instituto do Câncer do Estado de São Paulo

Juntos, realizam 26% do total de serviços oncológicos prestados pelo SUS. Nos últimos quatro anos, essas entidades foram responsáveis por 32% das cirurgias oncológicas e das quimioterapias e por 46% das radioterapias.

De 2012 pra cá, mais de 600 mil pessoas com câncer no estado foram diagnosticadas por estes hospitais filantrópicos que realizaram de 50 a 80% dos seus atendimentos pelo SUS.

Contudo, os repasses feitos pelo governo federal não são suficientes para cobrir os custos dos tratamentos oferecidos, tornando-se essenciais os recursos permanentes do orçamento estadual para cobrir o déficit.